D002

Congresso brasileiro de alfabetização apontando soluções

Autora: Geta

1990

Boletim do Geta

Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Número 4 • São Paulo • Novembro de 1990

CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
Apontando soluções

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Dois mil educadores de vinte estados reuniram-se em São Paulo nos dias 14 a 16 de setembro no Congresso Brasileiro de Alfabetização.

O CBA contou com a presença de educadores renomados e autoridades educacionais em mesas-redondas, painéis, conferências, reuniões de grupos e plenárias. Foram marcantes os pronunciamentos políticos da prefeita paulistana Luiza Erundina na sessão de abertura, da secretária de educação do Paraná Gilda Poli na mesa-redonda sobre Políticas de Alfabetização e de Paulo Freire e Darcy Ribeiro no encerramento. Os debates relativos à Formação do Alfabetizador, Pré-Escola e Séries Iniciais, Alfabetização de Deficientes, Movimentos Populares e Alfabetização foram os mais concorridos. Mas quem esperava que apenas as palestras atrairiam o grande público se enganou, pois a participação dos congressistas nos grupos de discussão e painéis de relatos de experiências foi surpreendente. Até mesmo uma passeata, não planejada, aconteceu no último dia, do Largo de São Francisco à Casa de Caetano de Campos, onde foram realizados a plenária final e o encerramento.

Ao final dos trabalhos foi aprovada uma declaração em que os congressistas reclamam prioridade para a educação, através de uma política nacional de combate à pobreza, promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico, de modo a garantir o direito de crianças, jovens e adultos à educação básica e continuidade do processo educativo. Propõe o combate ao preconceito que cerca o analfabeto e defende a necessidade de reconstrução do conceito de alfabetização, além da ampliação substancial dos recursos públicos destinados ao setor. Aponta como prioritárias a valorização e formação do magistério, bem como a promoção de pesquisas em alfabetização. Por fim, os congressistas propuseram a participação conjunta de governo e sociedade civil na definição de princípios e diretrizes da política nacional de alfabetização.

O CBA foi promovido pelo GETA (Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização), uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis e do movimento popular, sindicatos e empresas, constituída em 89 com o objetivo de marcar o Ano Internacional da Alfabetização pela reflexão e ação em torno do problema do analfabetismo no Brasil.

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Reportagem Nacional



Da esquerda da direita: Sônia Lins, Paulo Freire, Luiza Erundina, Maria Clara, Antônio Junqueira, Yvonne Khouri e Celso Beisiegel

O CBA foi aberto pelo Prof. Antônio Junqueira de Azevedo, Diretor da Faculdade de Direito da USP, em solenidade realizada na manhã do dia 14. Maria Clara Di Pierro, representando o GETA, lembrou o histórico do Grupo e os objetivos do Congresso. Em seguida falaram Sônia Lins, presidente do Corpo Municipal de Voluntários e os Profs. Celso Beisiegel e Yvonne Khouri, representando a USP e a PUC. Carmen Perez, da UNICEF, não pode comparecer.

A presença da Prefeita Luiza Erundina, acompanhada pelo Secretário de Educação Paulo Freire, foi saudada com prolongados aplausos da platéia que lotava o Salão Nobre da Faculdade de Direito. Paulo Freire afirmou sentir-se indignado com o sistema educacional brasileiro que expulsa as crianças das camadas populares; para ele, a expressão correta para designar tal processo não é "as crianças se evadem" e sim "as crianças são proibidas de ir à escola". Luiza Erundina expôs as prioridades que orientam sua administração, entre elas a educação, e afirmou: "Acredito que todas as ações de governo são ações educativas e espero que deste congresso saiam decisões importantes que ajudem a resolver o problema da Educação no país."

Angela Cristina Fernandes



Gilda Poli e Paulo Freire

Alceu Ferrari, da ANPEd, coordenou o debate sobre **Políticas de Alfabetização** que colocou lado a lado representantes da União, estados, municípios e professores. Ledja Austrilino, do MEC, expôs as linhas gerais do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania: "Ele será elaborado pelas assembléias municipais e estaduais". Gilda Poli, Secretária do Paraná e representante do CONSED criticou o governo federal e foi aplaudida: "Um programa sério deve conciliar política econômica com o projeto de alfabetização; afinal, os maiores índices de analfabetismo estão situados em áreas de carência econômica." A representante do MEC irritou-se: "Ela não está falando em nome do CONSED, e sim de sua Secretaria."

Uma festiva chamada das 20 delegações presentes deu início à **Sessão de Encerramento** do CBA. Sônia Penin, do Fórum em Defesa da Escola Pública, apontou o risco da nova LDB não ser votada pela Câmara este ano. Darcy Ribeiro defendeu a escola de tempo integral e prometeu ser "o Senador da educação". Paulo Freire comparou o CBA ao Congresso de Recife em 58, reafirmando sua convicção na alfabetização realizada junto ao movimento popular. Presentes também Lydia Lamparelli (representando o Secretário Estadual da Educação de SP) e Sônia Lins do CMV.

Reportagem Nacional



Darcy Ribeiro e Paulo Freire

PROGRAMAÇÃO DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

14/09, sexta:
09:00-10:30 — Credenciamento/Projeção de videos
10:30-12:00 — Solenidade de Abertura
Coordenação: GETA
Antônio Junqueira de Azevedo (Diretor da Fac. Direito/USP)
Sonia Lins (Presidente do Corpo Municipal de Voluntários)
Celso de Rui Beisiegel (Pró Reitor de Graduação/USP)
Yvonne Khouri (diretora do Centro de Educação da PUC/SP)
Luiza Erundina (Prefeita do Municipio de São Paulo)
Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação de SP)
14:00-17:00 — Mesa Redonda: Politicas de Alfabetização
Coordenação: Alceu R. Ferrari (Presidente da ANPEd)
Ledja A. da Silva (Secretaria de Educação Básica do MEC)
Gilda Poli (Secret. Educ. do Paraná, representando o Consed)
Maria Zilda Cunha Lopes (CENP/Sec. Estad. de Educação de SP)
Paulo Freire (Secret. Munic. de Educação de SP)
Ana Rosa B. Gomes (Conf. Nac. dos Trabalhadores em Educação)
17:00-19:00 — Projeção de videos
19:00-21:30 — Mesa Redonda: Cultura e Letramento
Coordenação: Luiz R. Alves (Sec. Mun. Ed. S. Bernardo Campo)
Vanilda Paiva (Univ. Fed. Rio de Janeiro)
José Américo Pessanha (UFRJ, IESAE-FGV, Centro Cultural SP)

15/09, sábado:
09:00-12:00 — Painéis de relato de experiências
• Politicas públicas de alfabetização
Coordenação: Elba S. Sá Barreto (USP, Fund. Carlos Chagas)
Marília Duran (CENP/Sec. Est. de Educação de São Paulo)
João Batista dos Mares Guia (Sec. Mun. de Educ. de Contagem)
Ana Maria Saul (PUC/SP, Sec. Mun. de Educ. de São Paulo)
• Formação do educador/alfabetizador em serviço
Coordenação: Ana Lúcia Lopes (Esc. Novo Horizonte)
Telma Weisz (Centro de Est. Escola da Vila)
Marieta Nicolau (Fac. de Educ. USP)
Maria Adozinda Costa (Sec. Est. Educ. PE, Sec. Mun. Cabo)
• Leitura e Bibliotecas Escolares
Coordenação: Edmir Perroti (Esc. Com. e Artes da USP)
Valda Antunes (Prog. Nac. Bibliotecas Esc. do MEC)
Maria Aparecida C. Magnani (Fund. Des. Educ. de SP)
Maria da Graça Segollin (PUC/SP)
Rui Grillo (Sec. Mun. Educ. de SP)
• Meios de Comunicação e Alfabetização
Coordenação: Yvonne Khouri (PUC/SP)
Vinicius Artur de Lima (Fac. Comunicação da UnB)
Maria Eugênia Stein (MIS-RJ, TV Manchete)
Ana Lagoa (Revista Nova Escola)
• Movimentos Populares e Alfabetização
Coordenação: Maria Stella Graziani (PUC/SP, MOVA-SP)
Maria Francisca da Silva (Esc. Comunitárias de Recife)
Francisco de A. M. de Oliveira (Proj. Seringueiro, Xapuri)
Francisco de Assis Ferreira (Mov. Educ. Zona Leste S.Paulo)
• Alfabetização de Deficientes
Coordenação: Marcos J. da S. Mazzota (Fac. de Educ. da USP)
Luis Augusto de Paula Souza (PUC/SP, Pref. Mun. Diadema)
Nádia Helitto Chacur (DERDIC)
12:00-14:00 — Projeção de videos
14:00-17:00 — Trabalho em grupos com texto-base do CBA
17:00-18:00 — Projeção de videos
18:00-20:00 — Mesas Redondas
• Alfabetização de adultos na América Latina
Coordenação: Sérgio Haddad (CEDI)
Nilton Santos (jornalista, Nicarágua)
Moacir Gadotti (Fac. de Educ. da USP)
• Alfabetização infantil; uma abordagem interdisciplinar
Coordenação: Maria Regina Maluf (USP-IP)
Terezinha Nunes Carraher (Univ. Fed. de PE)
Luis Carlos Cagliari (Inst. Est. Ling. da UNICAMP)
• Pré-escola e séries iniciais: a continuidade necessária
Coordenação: Maria Malta Campos (USP-FE, F. C. Chagas)
Sônia Kramer (UERJ e PUC/RJ)
Regina de Assis (PUC/RJ)
Vital Didonet (Sec. Nac. de Educ. Bas. do MEC)
• A criança e a leitura
Coordenação: M. Alice Setubal S. e Silva (CENPEC)
João Wanderlei Geraldi (UNICAMP)
Maria Helena Martins (UFRGS)
Maria Lúcia Zoega de Souza (CEVEC)

16/09, domingo:
09:00-11:30 — Comunicações
• Projetos de Pesquisa sobre Alfabetização
• Relatos de Experiências na Pré-escola
• Relatos de Experiências em Séries Iniciais
• Relatos de Experiências com Adultos
13:30-15:30 — Plenária final
16:00-18:00 — Solenidade de Encerramento
Sônia Penin (Fórum em Defesa da Escola Pública)
Lydia Lamparelli (Secret. Est. de Educação de SP)
Paulo Freire (Secretário Municipal de Educação, S.Paulo)
Darcy Ribeiro (ex-Secret. de Educ. do RJ)



Documento Final do CBA

Apontando soluções

1. INTRODUÇÃO

A Unesco declarou **1990 Ano Internacional da Alfabetização** como um meio de mobilizar os esforços mundiais para reduzir drasticamente o analfabetismo no globo até o final do milênio. Unindo-se ao esforço internacional, foi constituído em março de 1989 o **Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização (GETA)**, uma articulação informal de educadores dedicados à alfabetização de crianças, jovens e adultos em órgãos públicos, universidades, entidades civis, movimentos populares e empresas, cujos objetivos são conscientizar a sociedade e buscar soluções para o problema do analfabetismo no Brasil. Nos dezoito meses de sua existência o GETA incentivou a realização de dezenas de seminários municipais, regionais e setoriais, promoveu dois encontros no Estado de São Paulo e propôs-se transpor os limites do Estado realizando o **Congresso Brasileiro de Alfabetização** nos dias 14, 15 e 16 de Setembro de 1990.

Este documento inspira-se nas conclusões dos encontros realizados anteriormente, tendo sido discutido e aprovado no Congresso.

2. DIMENSIONANDO O PROBLEMA DO ANALFABETISMO NO BRASIL

Em 1988, o IBGE identificava 30,7 milhões de analfabetos no país, o que representava 24,5% da população com 5 anos e mais. Naquele ano, 18,9% dos jovens e adultos com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever.

A evolução dos índices de analfabetismo no Brasil apresenta uma tendência de queda lenta ao longo deste século, mas o crescimento do número absoluto de analfabetos no país é bastante significativo, como demonstram as estatísticas.

Em seus traços gerais, a alfabetização da população brasileira evolui de maneira similar aos demais países latinoamericanos. Em virtude das fortes restrições financeiras e de outros graves problemas sociais vividos na década de 80, foram reduzidos os investimentos em educação e elevou-se o número de analfabetos, embora tenham se ampliado as matrículas no ensino básico. O aumento da matrícula quando menos recursos estão disponíveis só pode ser explicado pela redução dos salários dos professores, multiplicação de turnos escolares, aumento do número de alunos por sala de aula, deterioração da rede física de escolas, menores investimentos em material didático, etc. O resultado global desse processo é a ampliação formal do acesso à escola, acompanhada de perda da qualidade do ensino e redução da eficiência do sistema educacional. Dessa maneira reduz-se o analfabetismo pelos critérios censitários, porém o "analfabetismo funcional" se amplia, ou seja, o contingente de pessoas que têm acesso à escola aumenta, sem que logrem alfabetizar-se plenamente.

Esse movimento coincide com os anos recentes de crise econômica e agravamento da questão social. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que fora de 11% ao ano na década de 60 e de 8,6% ao ano na década de 70, caiu para 2,4% ao ano no período 80/88, índice pouco superior ao crescimento da população. Vivemos uma década de estagnação da economia que teve elevados custos sociais e na qual ocorreu um empobrecimento da população. Relatório do Banco Mundial sobre a pobreza no mundo, divulgado em agosto de 90, alerta que o Brasil ocupa o terceiro lugar entre os países com maiores desigualdades sociais: sua distribuição de renda é das menos equitativas do globo, sendo superado apenas por Honduras e Serra Leoa. Em seis anos (81/87) o número de pobres elevou-se de 23 milhões para 33 milhões, acumulando um crescimento da pobreza de 43,48%. A educação é considerada como o exemplo mais evidente do fracasso das políticas sociais dos governos brasileiros. Comentando o relatório, Michael Michaely, técnico do Banco Mundial, declarou que a política educacional brasileira "privilegia o ensino superior e negligencia o ensino básico, o que é um absurdo surpreendente já que 60% da mão de obra é analfabeta".

O crescimento econômico da América Latina foi de 1,6% ao ano na década de 80, bem abaixo do crescimento da população. A estagnação da economia latinoamericana está ligada à questão da dívida externa, que soma mais de U$ 420 bilhões, cerca de 40% da produção da região.

No Brasil, a dívida é responsável pelo envio anual de 5% do Produto Interno Bruto. Os encargos crescentes da dívida e as políticas de ajuste econômico adotadas pelos governos implicaram na restrição dos investimentos em políticas sociais, entre as quais a educação, e impuseram à população trabalhadora a desvalorização dos salários reais.

A deterioração econômico-social teve sérias repercussões sobre a situação da infância e juventude no país. Segundo relatório da Unicef para o período 81/86, 85% das crianças e jovens provinham de famílias cuja renda per capita não supera dois salários mínimos. Nada menos que 24 milhões delas sobreviviam em famílias cuja renda era igual ou inferior a meio mínimo. Não é pois de surpreender que 18% das crianças de 10 a 14 anos e 30% dos jovens entre 10 e 17 anos já trabalhassem,

Quadro 1

Tendência do analfabetismo no Brasil entre as pessas de 15 anos e mais a partir de 1920

Ano	Fonte	Total	Analfabetas	%
1920	*	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	*	23.709.769	13.269.381	56,0
1950	*	30.249.423	15.272.632	50,5
1960	*	40.278.602	15.964.852	39,6
1970	*	54.008.604	18.146.977	33,6
1980	*	73.541.943	18.716.847	25,5
1982	**	76.534.782	17.685.987	23,1
1984	**	81.140.959	17.273.309	21,3
1986	**	86.554.036	17.320.725	20,0
1987	**	88.816.170	17.456.384	19,7

Fonte: IBGE

* Censo ** PNAD

Quadro 2

Brasil Analfabetos por região População de 5 ou mais anos 1980

Região	População	Analfabetos	%
Norte	4.051.297	801.297	19,7
Nordeste	35.776.034	15.474.144	43,2
C.-Oeste	8.683.069	1.953.083	22,4
Sudeste	56.855.869	9.296.260	16,3
Sul	19.648.325	3.177.849	16,1
Brasil	141.382.535	30.702.633	24,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — IBGE, 88

muitos dos quais sem carteira assinada ou qualquer proteção trabalhista e previdenciária, percebendo salários irrisórios.

O ingresso no mercado de trabalho para auxiliar no orçamento familiar tem sido apontado como um dos principais fatores que impedem as crianças de frequentarem a escola, condenando-as ao analfabetismo.

3. A CRISE DA ESCOLA PÚBLICA

Escolas em número insuficiente, falta de vagas nas existentes, distância casa/escola nas zonas rurais e ausência de programas de educação de jovens e adultos são uma realidade do sistema do ensino brasileiro que, combinada às condições de vida e trabalho das camadas populares, configuram um quadro em que o acesso à educação básica ainda é extremamente dificultado.

Em 1987, 4,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos não frequentavam escolas; a maioria delas vivia na zona rural, especialmente na região Nordeste do país.

O fato mais marcante apontado pelo diagnóstico do sistema de ensino brasileiro é sua improdutividade, expressa nas elevadas taxas de evasão e repetência entre as crianças e jovens que chegam a frequentar as escolas.

A repetência na primeira série do primeiro grau, exatamente aquela em que se pretende realizar a alfabetização, alcança mais da metade das crianças e é o principal ponto de estrangulamento do sistema de ensino. O fracasso escolar se repete nas séries subsequentes e atinge principalmente a população de baixa renda, das zonas rurais e regiões menos desenvolvidas. Em consequência disso, quase um terço das crianças de 7 a 14 anos que frequentam escolas estão fortemente defasadas na relação idade-série.

A cada ano, através da repetência e da evasão, milhões de crianças são "expulsas" do ensino básico, particularmente da rede pública. Esse fato é um dos principais responsáveis pelo baixo nível de escolaridade da população: a média nacional é de 4,5 anos, com índices variando entre 5,6 anos no Sudeste urbano e 1,6 anos no Nordeste rural.

A esse quadro, acrescenta-se também uma jornada escolar e um ano letivo situados entre os mais curtos do mundo. Essa questão se agrava quando se leva em conta o número de alunos matriculados nos turnos intermediários, que reduzem mais ainda a jornada nos estabelecimentos escolares onde são implantados, criando, dessa forma, um déficit invisível de 4 milhões de vagas na rede de ensino do país.

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais realizado em 1989 estimava que o país precisaria investir 5,5% do Produto Interno Bruto (US$ 19,2 bilhões) em educação durante os próximos 15 anos para acabar com o analfabetismo. A realidade, porém, é bem diferente. Em 1980 os investimentos realizados em educação representavam 2,8% do PIB. Entre 1981 e 1985, os investimentos em educação declinaram 10%. O orçamento federal de Educação para 90 é inferior ao de 89.

Embora a Constituição determine que 50% dos recursos vinculados à educação da União, Estados e Municípios sejam destinados à universalização do ensino básico e combate ao analfabetismo, o governo federal continua a destinar a quase totalidade de suas verbas ao ensino superior e às escolas técnicas de 2° grau, delegando aos Estados e Municípios quase toda a responsabilidade pelo ensino fundamental. Dos escassos recursos atribuídos pelo MEC ao ensino de 1° grau, mais de um terço destinam-se à merenda.

O plano de alfabetização anunciado pelo Ministro da Educação destina à alfabetização e 1° grau serão de Cr$ 10 bilhões em 1990 e Cr$ 35 bilhões em 1991. Embora os números pareçam vultosos, tais recursos são insuficientes para o enfrentamento do analfabetismo, especialmente se os compararmos aos Cr$ 10,2 bilhões liberados em caráter de emergência no primeiro semestre para cobrir o déficit da merenda escolar e os cerca de Cr$ 450 bilhões atribuídos em agosto para o crédito agrícola. Para se ter uma idéia dos custos necessários à alfabetização, o Programa Mundial Experimental de Alfabetização da UNESCO investiu U$ 300 por cada novo alfabetizando no final da década de 70. A esse custo, para alfabetizar dois milhões de brasileiros, o país teria que investir quase Cr$ 50 bilhões.

Por outro lado, os recursos constitucionalmente destinados à educação básica vêm sendo sistematicamente desviados para outros graus de ensino.

A Medida Provisória 194 permite a aplicação, em Títulos do Tesouro Nacional, dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e determina que o seu montante seja utilizado nos três graus de ensino. Embora seja obrigatório que 50% desses recursos sejam destinados ao ensino fundamental, a Medida desvia para outros graus de ensino verbas oriundas do Salário-Educação que deveriam ser aplicadas exclusivamente no 1° grau.

As escolas brasileiras sofrem tamanhas deficiências que o próprio MEC admitia, em 1985, que apenas 77% delas encontravam-se em bom estado de uso, metade não possuía luz elétrica, 27% não tinham água encanada, 6% não tinham giz e 4% sequer quadro-negro.

A formação do magistério é outro aspecto a considerar: 15,8% dos professores em exercício no país são leigos, possuindo no máximo o primeiro grau completo; outros 4,32% têm segundo grau completo mas não cursaram magistério.

Os salários irrisórios pagos ao magistério o tornam uma ocupação pouco atrativa, desestimulando a formação de novos profissionais e levando os professores formados a buscarem ocupações melhor remuneradas.

Este quadro é agravado pela precariedade da formação oferecida ao magistério que, em sua grande maioria, mostra-se despreparado para promover a alfabetização das crianças, jovens e adultos provenientes das camadas populares.

Em síntese, as escolas vêm falhando em seu papel de alfabetizar, pois faltam os recursos necessários, os educadores têm pouca formação e salário inadequado, as condições físicas e materiais são falhas, os métodos e currículos impróprios.

FONTES DE CONSULTA

ANDE. **Prioridades para a educação nacional**. São Paulo, mimeo, 1990.

CEDI. **Analfabetismo no Brasil; Ano Internacional da Alfabetização; Dossiê de Imprensa 89/90**. São Paulo, CEDI, 1990.

COMISSÃO NACIONAL DO ANO INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO. "*Alfabetizar e Libertar*". **Boletim Articulação** (21), São Luís, ASP/RAAB, 1990.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. UNESCO, 1990.

FUNDAÇÃO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS — EDUCAR. **Erradicação do Analfabetismo: 1989-1999; indicações preliminares**. Brasília, março 1989.

FLETCHER, P.R. & RIBEIRO, S.C. "*O ensino de primeiro grau no Brasil de hoje*". **Em Aberto, 6** (33), Brasília:1-10.INEP, jan/mar 1987.

GETA. "*Resoluções do 2° Encontro Estadual de Alfabetização*". **Boletim do GETA** (3). São Paulo, GETA, abril 1990.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil, 1989**.

———. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1988.**

STROMQUIST, N.P. & KOUANGA, N. **Feasibility study for the creation of a world literacy center: a global response to a global problem**. mimeo, 1990.

TEDESCO, J.C. et al. "*La enseñansa básica y el analfabetismo en America Latina y el Caribe*". In: Proyeto Principal de Educacion en America Latina y el Caribe. Santiago, Chile, UNESCO/OREALC, dez. 1989. (Boletim, 20)

THE WORLD BANK. **World Development Report 1990; World development indicators**. Washington, USA, Oxford University Press, jun. 1990.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 1990**. Brasília, UNICEF,1990.



Declaração dos participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização

Nós, educadores reunidos em São Paulo no Congresso Brasileiro de Alfabetização, de 14 a 16 de setembro de 1990, Ano Internacional da Alfabetização, aprovamos as seguintes proposições:

Estamos convencidos de que, nas condições sociais atuais, uma política nacional de alfabetização só poderá obter algum sucesso se estiver vinculada a um projeto político-econômico que supere as causas sociais que produzem e mantém o analfabetismo.

Uma política de alfabetização poderá representar um avanço em relação à situação atual se garantir investimentos significativos no ensino público, valorizar o magistério, criar mecanismos eficazes de cooperação entre as esferas de governo e os segmentos organizados da sociedade civil, estabelecendo ações combinadas na educação básica de crianças, jovens e adultos.

Uma política educacional desta natureza, capaz de mobilizar recursos e energias de toda a sociedade, só pode resultar de um amplo processo de discussão e participação, sem o que lhe faltará legitimidade social e base política de sustentação.

Comprometemo-nos a envidar nossos esforços de profissionais e cidadãos em prol das seguintes soluções para os problemas da alfabetização no Brasil:

A. PRIORIZAR A EDUCAÇÃO BÁSICA EM UMA POLÍTICA NACIONAL DE COMBATE ÀS RAÍZES ESTRUTURAIS DA POBREZA, PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A solução dos problemas educacionais não reside exclusivamente na escola. A história tem mostrado que nenhum país do mundo contemporâneo alcançou níveis elevados de alfabetização sem que suas populações tenham conquistado, simultaneamente, melhorias substanciais nas suas condições de vida e uma distribuição de renda mais equitativa.

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais.

Há décadas que leis e planos educacionais vêm reafirmando a prioridade do ensino básico. Quando se trata de implementar as políticas, porém, os governos têm optado por programas de impacto propagandístico que definem prazos exíguos para "erradicar" o analfabetismo, ou então, desencadear campanhas emergenciais de alfabetização de adultos. Esses programas vêm se mostrando ineficazes, pois são medidas desvinculadas de uma política global que promova a melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira.

Reafirmamos a necessidade de priorizar a educação, e em especial a educação fundamental e a superação do analfabetismo, no sentido de que o sistema nacional de educação, na sua organização e funcionamento — da educação infantil à universidade — traduza uma política de educação vinculada a um conjunto de medidas que promovam a justiça social e o desenvolvimento econômico.

B. COMBATER O PRECONCEITO EM RELAÇÃO AO ANALFABETO, RECONSTRUINDO O CONCEITO DE ALFABETIZAÇÃO

O conceito de analfabetismo carrega consigo preconceitos e incorreções. O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade e produtora de conhecimento.

Para superar o preconceito que cerca o analfabeto, as políticas de alfabetização devem reconhecê-lo como cidadão participante da sociedade, produtor de cultura e que, por sua condição de classe, sexo, raça e portador de deficiência, tem sido privado do direito à aquisição dos códigos da leitura e da escrita e de conhecimentos que ampliam suas possibilidades de participação e transformação social.

Deve-se superar o conceito restrito de que alfabetizado é "o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples"[1]. Estar alfabetizado é integrar à vida de qualquer cidadão a condição de leitor, escritor e comunicador, bem como garantir o acesso a outros conhecimentos que ampliem sua inserção crítica e participativa na sociedade.

As políticas de alfabetização precisam envolver ações permanentes e sistemáticas relacionadas a programas de educação básica, de maneira a garantir sua qualidade.

C. GARANTIR O DIREITO DE TODOS À ALFABETIZAÇÃO, À ESCOLARIZAÇÃO E À CONTINUIDADE DO PROCESSO EDUCATIVO

A Constituição de 1988 assegurou a todos os cidadãos o direito ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade.

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progressão a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. A Constituição prevê o mandato de injunção para aqueles que ficaram privados desse direito.

Para tanto, faz-se necessário, além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir no sistema a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores.

Uma política de atendimento para todos requer a ampliação de vagas e distribuição de recursos para todas as faixas etárias, sem discriminação, complementada por políticas de formação, pesquisa, produção de materiais didáticos e de leitura que atendam a esta diversidade de ofertas de ensino básico.

Um plano nacional de alfabetização tem, portanto, que assegurar, no sistema público de ensino, ações integradas de educação de crianças, de jovens e adultos.

D. AMPLIAR SUBSTANCIALMENTE OS RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A democratização do acesso à educação básica no Brasil requer investimentos substanciais na ampliação, manutenção e recuperação da rede física de escolas, na formação, reformulação da jornada de trabalho e recuperação salarial do magistério, na pesquisa educacional, na elaboração de materiais didáticos, além de uma política de apoio ao estudante, com subsídios à alimentação, transporte e material escolar, com recursos distintos.

A Constituição, que determina a vinculação ao setor educacional da receita oriunda de impostos e transferências, estabelecendo um mínimo de 18% para a União e 25% para os Estados e Municípios, diz, nas disposições transitórias, que 50% desses recursos devem obrigatoriamente ser destinados à universalização do ensino fun-

damental e eliminação do analfabetismo, nos dez anos seguintes à promulgação da Constituição, o que não vem sendo respeitado. Tampouco a lei que regulamenta o salário-educação tem sido observada, pois os recursos dele oriundos deveriam ser aplicados exclusivamente no ensino básico, o que não vem ocorrendo, por falta de uma conceituação precisa do que seja manutenção e desenvolvimento do ensino. Faz-se então, urgente, exigir do Poder Executivo e dos legisladores a revisão de sua destinação. Indispensável, também, garantir o estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação entre as esferas públicas (União-Estados-Municípios), uma vez que, em face de uma equivocada política de municipalização do ensino, aos municípios têm sido repassados serviços e responsabilidades incompatíveis com seus recursos financeiros e estrutura. Além disso é necessário a criação de meios que possibilitem à sociedade civil um controle efetivo dos recursos públicos, repudiando qualquer forma de favoritismo político.

Os recursos hoje constitucionalmente previstos são insuficientes frente às necessidades acumuladas. Torna-se necessário, portanto, desenvolver uma política de captação de novos recursos para a educação, atribuindo-lhe uma parcela mais significativa do Produto Interno Bruto.

Nesse sentido, **como mais uma alternativa**, apoiamos, a posição assumida pelos países latinoamericanos em Quito[2], de recomendar a utilização pelos países devedores de parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa em programas de alfabetização e educação básica, a fundo perdido. A aplicação desses recursos deverá ser fiscalizada pela sociedade civil, através das instituições representativas de classe envolvidas com a Educação.

Exigimos dos poderes públicos o rigoroso cumprimento da Constituição no tocante à aplicação da cota mínima do orçamento em educação nas três esferas de governo e no emprego de 50% dos recursos para a superação do analfabetismo e universalização do ensino básico.

E. VALORIZAR O MAGISTÉRIO, PROMOVER A FORMAÇÃO DOS EDUCADORES E A PESQUISA EM ALFABETIZAÇÃO

Os baixos salários, as más condições de trabalho e a precária formação do magistério constituem limitações objetivas à universalização do ensino básico no Brasil.

Faz-se urgente **elevar os padrões de remuneração do magistério** e superar as profundas desigualdades hoje existentes entre as regiões do país, mediante o estabelecimento de um **piso salarial nacional** que garanta aos professores condições dignas de vida, compatíveis com a responsabilidade social e política de sua função.

É necessário assegurar aos professores um estatuto que garanta uma perspectiva de **carreira** que incentive sua permanência no magistério, sua ascensão funcional por qualificação bem como uma **jornada de trabalho** que contemple períodos de preparação de aulas e estudo, de maneira a viabilizar sua atualização pedagógica e formação em serviço.

A melhoria dos salários e condições de trabalho dos professores é condição necessária, porém não suficiente, para a melhoria do ensino básico, o que requer uma **política permanente de formação e aperfeiçoamento dos educadores**.

Embora a legislação em vigor defina um mínimo para formação do magistério em cursos de 2° grau, parcela significativa dos professores em exercício no país é constituída por leigos; mesmo os professores habilitados apresentam uma formação extremamente precária.

Uma política de formação dos educadores deveria ampliar e qualificar os cursos de magistério de 2° grau, criando uma área no currículo especificamente voltada para formação de professores alfabetizadores, elevando a oferta de profissionais habilitados e proporcionando a habilitação dos leigos que exercem o magistério.

As universidades são, em grande medida, responsáveis pela melhoria da formação do magistério. Cabe-lhes assumir, com maior ênfase do que a atual, a pesquisa de alternativas pedagógicas, o resgate e o apoio à sistematização das práticas, a divulgação de inovações, a formação de novos professores e a sua integração com a comunidade escolar para a elaboração de propostas conjuntas de aperfeiçoamento de professores.

F. GARANTIR PARTICIPAÇÃO CONJUNTA DE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL NA DEFINIÇÃO DE PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

O governo federal não deve impor à sociedade civil um programa de alfabetização. Um programa dessa natureza, além de implicar na cooperação efetiva entre estados, municípios e União, deve ser formulado e acompanhado por uma comissão nacional, composta por representantes das três esferas governamentais (MEC, Consed, Undime), bem como por representantes de entidades nacionais, como OAB, CNBB, CUT, etc.

São Paulo, setembro de 1990.

Notas

1. Conceito adotado pela ONU e usado pelo IBGE, o qual diminui substancialmente o número de analfabetos nos cÔmputos estatísticos.
2. Consulta regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência Mundial sobre Educação Para Todos (Quito, Equador, novembro/dezembro 1990)

Douglas Mansur/Imagens da Terra



Plenário vota documento final



Moções aprovadas pelo Congresso Brasileiro de Alfabetização

1. Destinação do documento final

1.1. Promover discussões, nos locais de origem dos participantes e em outros onde for possível, sobre o evento e seus resultados, buscando comprometer as instituições públicas e privada e os movimentos nesse debate.

1.2. Enviar a "Declaração" do CBA a todos os órgãos centrais das secretarias de educação dos estados e municípios, aos representantes no poder legislativo dos estados e da federação, aos órgãos centrais do MEC, além de divulgá-lo junto a todo o magistério através de seus órgãos representativos, junto às universidades e instituções isoladas de ensino superior, às escolas privadas, à imprensa e demais organizações da sociedade civil.

2. Continuidade do GETA (indicação)

Considerando:

que o CBA revela o desejo de participação para a superação da questão do analfabetismo no país;

que é necessário que a luta pela superação da questão do analfabetismo se faça de forma articulada a nível nacional;

que este congresso está levantando propostas que torna necessária a criação de mecanismos de encaminhamento, fiscalização e cobrança;

Propomos a ampliação do GETA como um espaço democrático, informal de articulação de entidades, movimentos e demais instituições ligadas à questão da alfabetização. Essa articulação acontecerá em torno de atividades concretas e comuns.

O GETA não terá estrutura formal, o que significa que não terá um corpo diretivo constituido em cargos e funções definidas.

Sugerimos, num primeiro momento, que esses espaços sejam criados a nível municipal, estadual e, nos locais onde já existem, sejam fortalecidos. Será realizada uma reunião, onde se discutirão questões referentes à operacionalização do GETA. Esta reunião, em data e local a serem definidos neste congresso, deve discutir entre outras questões critérios de participação, local de referência, bem como plano de ação inicial.

O plano de ação inicial proposto inclui:

a. Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente ao Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania;

b. Acompanhar, analisar, discutir e se manifestar frente à Lei de Diretrizes e Bases.

3. Continuidade do trabalho de articulação

3.1. Buscar articulação nacional que permita realizar um novo Congresso, precedido de preparação prévia através de discussões de âmbito regional/local.

3.2. Levantar práticas/experiências em desenvolvimento na área da alfabetização e incentivar a organização de grupos de estudo/trabalho que farão parte do próximo encontro, cujo contato e credenciamento terá no GETA, em São Paulo, o ponto de referência.

4. Ao Congresso Nacional

Considerando que muitos dos indicativos apontados na "Declaração" do CBA estão contemplados no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em tramitação no Congresso Nacional; e considerando que o referido projeto é representativo dos anseios de amplos segmentos da sociedade civil ligadas à educação; **exigimos dos senhores senadores e deputados a sua votação ainda nesta legislatura.**

5. Sobre o menor

Conforme relatório da Anistia Internacional, no ano de 89 foram assassinados 458 menores abandonados nas ruas de capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

Este e outros "números" da situação do menor no Brasil, bem como a existência de 30 milhões de analfabetos, situam o problema no campo do descaso das autoridades em efetivar uma política pública de integração desses menores na convivência social digna e na preparação para o exercício da cidadania plena.

As política altamente recessivas, os investimentos em "segurança" que acabam por ampliar a violência contra os menores, a não punição dos assassinos e a não investigação das causas que levam à morte centenas de menores abandonados, a exploração no mercado de trabalho, a exclusão da escola, a repressão nas "fundações" de bem-estar etc são as respostas dadas pelas autoridades públicas à questão do menor. Este descaso evidencia cada vez mais a política "moderna" de "erradicar" a pobreza e reprimir a classe trabalhadora no seu desejo de uma sociedade mais justa e igualitária. Repudiamos veementemente este descaso e as atuais "políticas públicas".

Nós, reunidos no Congresso Brasileiro de Alfabetização, exigimos das autoridades a imediata ação para concretizarmos política públicas eficazes, com uma ampla discussão de toda a sociedade civil, bem como destes menores organizados em diversas entidades.

6. À Undime e ao Consed

Damos nosso total apoio à proposta da Undime e Consed no que se refere à aplicação dos recursos provenientes do salário-educação: 20% para a União, 60% para os Estados e 20% para os municípios.

7. Desativação de classes de educação de adultos

Considerando que a discussão desenvolvida nesse Congresso é a garantia de escola para todos: nenhum aluno fora da escola;

Considerando que todas as modalidades de ensino devem inserir-se numa política global de educação;

Considerando que a educação de jovens e adultos deve fazer parte efetiva dessa política global de educação;

Considerando que defendemos a escola onde o aluno se encontra;

Considerando que defendemos a democratização da educação, com discussão permanente de todos os setores envolvidos no processo;

Considerando que defendemos a ampliação do número de salas de aula.

Nós participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização que defendemos os princípios acima citados, discordamos da forma como vem sendo tratada a desativação de salas de cursos de Educação der Adultos na Secretaria de Educação do Município de São Paulo (seguem 168 assinaturas).

8. Ensino superior gratuito e crédito educativo

Cabe comprometer os universitários beneficiados pelo ensino superior público em Universidades federais e estaduais e aqueles beneficiados pelo crédito educativo em retornarem à população os investimentos nele realizados através da elaboração e execução de projetos que visem a superação do analfabetismo.

9. Avaliação

Considerando que é possível buscar soluções para os problemas da alfabetização no interior da própria escola, propomos:

Uma mudança de postura das instâncias administrativas, diretivas e técnicas das escolas em relação à coleta de dados de matrícula, evasão e repetência;

Que as Secretarias de Educação passem a acompanhar a coleta de dados quantitativos de evasão e resistência pela avaliação qualitativa das causas que levam os alunos a evadir-se e serem reprovados;

Que as instâncias diretivas e peagógicas das escolas elaborem relatórios analíticos, apontando as causas da evasão e repetência para que possam ser buscadas soluções adequadas a cada realidade específica;

A revisão das relações administrativas e pedagógicas nas redes de ensino, visando a mudança da mentalidade autoritária, burocrática e os privilégios dos que exercem funções públicas sem responsabilidades e consciência social de suas funções.

10. Educação especial

Nós, educadores de Educação Especial participantes do Congresso Brasileiro de Alfabetização discutimos e decidimos que:

Estamos inseridos na luta das questões educacionais, também especificamente na metodologia de alfabetização, cientes de que toda a política nacional de alfabetização influenciará diretamente em todo processo educacional de nosso país, vendo portanto a necessidade de que sejamos incluídos em todas as formas de organização e luta pelo movimento de alfabetização.

Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, lançado pelo Presidente Collor, que pretende reduzir em 70% o número de analfabetos no país nos próximos cinco anos, foi o principal assunto da mesa redonda "Políticas de Alfabetização" do CBA e alvo de inúmeras críticas.

Segundo a Secretária Nacional de Educação Básica do Ministério da Educação, Ledja Austrillino da Silva, o PNAC "não é um produto acabado que o governo entrega à sociedade", mas sim um projeto de mobilização do país. O Programa propriamente dito, segundo ela, será concebido e avaliado através de assembléias municipais, estaduais e nacional. Esta foi, aliás, a metodologia proposta pela Comissão Nacional do Ano Internacional da Alfabetização (CNAIA), em 1989. O PNAC, no entanto, não deixa claras as reais dimensões da participação da sociedade na sua elaboração: se é para definir realmente a política geral de alfabetização a ser adotada no país (conforme proposta da CNAIA) ou para executar as determinações do Ministério da Educação.

Angela Cristina Fernandes



Ledja A. Silva, titular da SENEB/MEC

Pela proposta da CNAIA, as assembléias municipais teriam o objetivo de elaborar um documento de diagnóstico, princípios, plano de ação, proposta e avaliação sobre uma política de alfabetização e educação básica, que seriam consolidadas nas assembléias estaduais e nacional. Já a proposta do PNAC coloca como objetivo das assembléias municipais apenas a elaboração de um "plano de ação".

Um outro ponto de interrogação é se o PNAC não se constituirá em mera campanha nacional de alfabetização, como outras que tivemos no país, com um teor demagógico e eleitoreiro, nas quais a qualidade da alfabetização, a quantidade de recursos e o próprio conceito de alfabetização adotado levaram ao fracasso.

A meta estabelecida pelo PNAC, de alfabetizar 17 milhões até 1995, sem que até o presente momento tenha sido apresentado um planejamento sério, está sendo encarado com ceticismo por educadores e interpretado, por muitos, como mais uma tentativa de campanha, a se constituir como sistema paralelo e independente ao sistema regular de ensino existente.

O fato do atual governo estar adotando uma política econômica recessiva também causa desconfianças em relação à seriedade e eficácia de uma proposta como o PNAC. A principal causa do analfabetismo é a situação de miséria em que vive grande parte da população. Nesse sentido, pensar a questão da erradicação do analfabetismo sem levar em consideração a erradicação de suas causas é uma demonstração de incoerência.

GOVERNO CRIA COMISSÃO DO PNAC

Foi criada pelo decreto presidencial 99.519 de 11/09/90 a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, tendo como presidente de honra o senador João Calmon. Presidida pelo Ministro da Educação, são seus membros os titulares das Secretarias do MEC, os presidentes do CFE, INEP, CONSED, UNDIME, CRUB, MEB, Fund. Roquette Pinto, RAAB, GETA e as seguintes "personalidades de notórios conhecimentos em programas de alfabetização": Anna Bernardes da S. Rocha, Celso Beisiegel, Eglê Franchi, Luiza de T. Vieira, Maria Adozinda Costa, Walter Garcia, Sérgio A. da S. Leite, Sônia Kramer, Thereza P. Firme, Maria Valderez de S. Barbosa, Lúcia Rolla Senna, Adolfo Homma, Maria Regina Cabral, Abiacy Fradique, Eurides Brito, Júlia Cury e Creuza M. Gomes Aragão.

Sônia Kramer solicitou a retirada de seu nome da Comissão, visto não ter sido consultada. O GETA também não foi previamente consultado para ser incluído na Comissão.

A Comissão do PNAC não foi ainda instalada. Até o momento existiram duas reuniões de um grupo executivo presidido pela Secretária Nacional de Educação Básica e composto pelos titulares das Secretarias do MEC, os presidentes do CRUB, UNDIME, CONSED e um representante das Delegacias do MEC nos Estados.

Angela Cristina Fernandes



Delegações comemoram final do Congresso Brasileiro de Alfabetização

DELEGAÇÕES PRESENTES AO CBA

Acre, Pará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul foram os Estados que, junto aos 35 municípios de São Paulo, enviaram delegações ao CBA.

Além dos paulistas, as delegações mais numerosas eram provenientes da capital federal (Brasília, Sobradinho, Ceilândia), Minas (Ipatinga, Timóteo, Belo Horizonte e Juiz de Fora) e Pernambuco (Recife, Olinda, Cabo, Jaboatão). Em meio às diferentes delegações, destacava-se a presença de três representantes da nação guarani, índios da aldeia Morro da Saudade, localizada em Parelheiros, São Paulo.

EXPEDIENTE

Este Boletim é uma publicação do GETA — Grupo de Estudos e Trabalhos em Alfabetização

Endereços para contato:

VEREDA — Centro de Estudos em Educação
R. Purpurina, 287 — Cep:05435 — São Paulo — SP • Fone: (011) 210-5249

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983 — Cep:01238 — São Paulo — SP
Fone: (011) 825-5544 • Fax: (11) 825-7861 • Telex: 11 26561 ECUMBR